JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.091 – Brasília, quarta-feira, 9 de setembro de 2009

Plenário deve votar hoje a reforma eleitoral

As regras para as eleições do próximo ano devem ser examinadas hoje pelo Senado. Ontem, o senador Eduardo Azeredo divulgou texto de emenda que deve ser apresentada em Plenário prevendo a livre manifestação de pensamento na internet. Somente as empresas de comunicação social com *site* na rede e os provedores com conteúdo próprio terão a obrigação de atuar de maneira imparcial. Não poderão dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação a partir de 5 de julho do ano da eleição. 3

Zulj Bsoc

Zulj Bsoc

À mesa, na reunião da CAE, João Carlos de Luca (*E*), Delcidio, Murilo Marroquim e Ivan Simões Filho; no plenário da comissão, Mercadante (*E*), Camata, Dornelles, Roberto Cavalcanti e Jefferson Praia (*ao fundo*)

Indústria do petróleo quer mais tempo para debate do pré-sal

Representantes da indústria apelaram ontem ao governo para que retire o pedido de urgência no exame, pelo Congresso, dos projetos que estabelecem regras para exploração do petróleo na camada pré-sal. Eles ainda consideraram exemplar o modelo de concessão, mas disseram que a indústria está disposta a investir no sistema de partilha, que o governo quer adotar. A questão foi amplamente debatida também em Plenário. 4 e 5

Para empresa, não há sobrepreço no projeto de refinaria

Mário Sergio Pini e Luiz Raymundo, da Pini Serviços de Engenharia, disseram que não houve contratação de serviços com valor acima do de mercado no projeto básico da Refinaria Abreu e Lima. Alvaro Dias questionou a legitimidade das informações. 4

Waldemir Barreto

Na CPI da Petrobras, João Pedro (*E*), Romero Jucá e Mário Sergio Pini

Limite para educação no IR pode ser aumentado

Comissão de Educação aprova limite de R$ 5.700 para dedução de gastos com educação no Imposto de Renda. Projeto segue para Comissão de Assuntos Econômicos. 6

Autoescolas terão de dar aulas noturnas de direção

Objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Educação é fazer com que os aprendizes se acostumem às condições especiais de direção sem a luz do dia. 6

J. Freitas

Stephanes (*E*), Valter Pereira e Eliseu Alves ouvem Gilberto Goellner (*em pé*)

É hora de mudar índice de produtividade do campo?

O índice de produtividade rural – que serve de parâmetro para classificar as propriedades rurais improdutivas, com vistas à reforma agrária – está sendo alterado por uma portaria interministerial. Mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou em audiência pública no Senado que não é hora de mudar o indicador, embora tenha reconhecido a importância de adequá-lo à modernidade da agricultura brasileira. Stephanes disse que a crise causou impacto nos preços dos produtos agrícolas. Para Eliseu Alves, pesquisador da Embrapa, o índice precisa se adaptar às técnicas modernas. 8

Moreira Mariz

Vanessa e Fabiano Borges no auditório do Interlegis

Vanessa Pinheiro abre Pratas da Casa

Ao cantar *O negócio é amar*, ontem, no auditório do Interlegis, a servidora do Senado Vanessa Pinheiro reuniu suas duas homenageadas no projeto Pratas da Casa: Nara Leão, que foi uma das intérpretes dessa música, e Dolores Duran, autora em parceria com Carlos Lyra.

O *show*, na voz de Vanessa e no violão de Fabiano Borges, abriu a série de homenagens a grandes nomes da música brasileira que o programa Senado Cultural organizou para este ano. A apresentação foi aberta com *A banda*, de Chico Buarque, canção imortalizada no Festival da TV Record de 1966, na interpretação do autor em parceria com Nara Leão. Vanessa cantou ainda *Por causa de você, A banca do distinto* e *O barquinho*, entre outras.

Amanhã, também pelo projeto, o jornalista da TV Senado Assis Medeiros vai mostrar o lado *rock and roll* de Roberto Carlos, que está completando 50 anos de carreira.

CCJ discute proposta sobre mudanças no Conselho de Ética

Comissão analisa hoje proposta de Antonio Carlos Júnior que sugere, entre outras medidas, a proibição da participação de senadores que respondam a processos por crimes contra o patrimônio público

SUBSTITUTIVO DE ANTONIO Carlos Júnior (DEM-BA) a projetos de resolução que promovem mudanças na composição e no funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o primeiro item da pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No texto do relator está, entre outras sugestões, a proibição de participação no conselho de senadores que respondam a processos por crimes contra o patrimônio público e que tenham tido, a qualquer tempo, contas rejeitadas em outros cargos ou pleitos. Outra sugestão é de que a representação contra senador por fato sujeito à perda de mandato não precise incluir a especificação de provas que se pretenda produzir.

Passa a ser prerrogativa do plenário do conselho, a partir de parecer do relator, tomar ou não conhecimento de representação. No caso de denúncia contra senador, a prerrogativa é do presidente do conselho, cabendo recurso ao plenário do colegiado.

Cada partido terá dois representantes no colegiado – o líder ou quem ele indicar, e um suplente escolhido pelo líder – e o partido com apenas um representante no Senado não terá suplente no órgão. O substitutivo parte da análise de cinco propostas: 15/03, de Tião Viana (PT-AC); 3/07, de Osmar Dias (PDT-PR); 35/07, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); 50/09, de Arthur Virgílio (PSDB-AM); e 52/09, de Marisa Serrano (PSDB-MS). A matéria será ainda examinada pela Comissão Diretora antes de ir a Plenário.

Participação

Na pauta da CCJ há três outros projetos de resolução. Dois deles pretendem ampliar a participação dos senadores nas decisões administrativas da Casa – o PRS 26/09, de Pedro Simon (PMDB-RS), e o 37/09, de Aloizio Mercadante (PT-SP), que da CCJ seguem para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno – e o terceiro, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), cria o programa Estágio-Visita.

CAS discute rentabilidade das aplicações do FGTS

A rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) será tema de debate hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O objetivo da audiência é instruir projeto (PLS 301/08) de César Borges (PR-BA) que visa, segundo o autor, "repartir os resultados das aplicações dos recursos do FGTS entre os trabalhadores e o gestor do fundo, melhorando a remuneração das contas vinculadas". Atualmente, a Lei 8.036/90 prevê que "a rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo FGTS e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito".

Pelo novo texto proposto, a rentabilidade do FGTS deve ser igualmente repartida entre os trabalhadores e o custeio do fundo, além da reserva para cobrir gastos não previstos. O risco do crédito permanece com a Caixa.

Para discutir o tema, foram convidados o superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira; o secretário-executivo do conselho curador do fundo, Paulo Eduardo Cabral Furtado; o presidente da ONG FGTS Fácil, Mário Avelino; e o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah.

Borges culpa governo da Bahia por violência

Os episódios do último fim de semana em Salvador, em que postos policiais e um supermercado foram metralhados e pelo menos cinco ônibus urbanos incendiados, foram atribuídos pelo senador César Borges (PR-BA) a "uma política irresponsável de segurança pública, que deixou a cidade refém do banditismo". Ele criticou o governador, Jaques Wagner, segundo o qual as ações foram devidas à transferência do líder de traficantes presos, levado para um presídio de segurança máxima em Mato Grosso do Sul.

Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), na Bahia não há "estratégia de reação em uma crise". Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que reação parecida de bandidos ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Geraldo Magela

César Borges diz que política irresponsável deixou Salvador refém do banditismo

ACM Júnior: "Situação passou do limite"

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o governo de Jaques Wagner, na Bahia, "conseguiu democratizar a insegurança". Para o senador, a violência no estado está atingindo todas as classes sociais e econômicas, inclusive os turistas.

– O governo Jaques Wagner está perdido. Não sabe o que fazer para conter a violência. A criminalidade no estado, desde a instalação do governo petista, alcançou índices inimagináveis – criticou.

Ele disse que apenas em Salvador foram registrados quase mil homicídios em 2009 e, nos últimos dois anos, a criminalidade aumentou mais de 80%.

Na opinião do senador, a "situação já passou do limite" e requer ação rápida do governo estadual.

Geraldo Magela

ACM Júnior sugere que Jaques Wagner peça ajuda da Força Nacional de Segurança

Valter pede combate a aliciamento de menor

Para Valter Pereira (PMDB-MS), faltam políticas públicas eficientes para conter os bandidos que utilizam menores de 18 anos para cometer crimes, especialmente os ligados ao tráfico de drogas. Segundo o senador, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado pelo governo em 2007, excluiu os adolescentes de ações preventivas.

– A partir de 12 anos os traficantes estão fazendo aliciamento – alertou.

Outra falha do Pronasci, na avaliação de Valter Pereira, é a exclusão das regiões de fronteira do programa.

Ele ainda informou que apresentou projeto (PLS 164/09) para institucionalizar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), realizado pela Polícia Militar.

Geraldo Magela

Pronasci excluiu adolescentes de ações preventivas, lamenta Valter Pereira

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Plenário celebra Dia da Amazônia

O Plenário realiza, às 11h, sessão especial para comemorar o Dia da Amazônia. A sessão deliberativa, que começa às 14h, deve analisar a PEC 32/08, que inclui a Caatinga entre os ecossistemas do patrimônio nacional.

Sarney almoça com Lula e Funes

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 11h, de sessão especial em comemoração ao Dia da Amazônia e, às 13h, de almoço oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente de El Salvador, Mauricio Funes. Às 16h, preside a ordem do dia.

Audiência conjunta sobre o Instituto Chico Mendes

Às 9h30, as comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente (CMA) se reúnem para debater a atuação do Instituto Chico Mendes. Participa da audiência pública o presidente do instituto, Rômulo Mello.

CAS debate saúde indígena e rentabilidade do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate, às 9h, a atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) quanto à saúde indígena. Às 11h, discute a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com o superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira, e o secretário-executivo do conselho curador do fundo, Paulo Eduardo Cabral Furtado.

Comissão de Educação discute implantação de institutos

A implantação dos institutos federais de educação vai ser tema de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Foram convidados o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Paulo César Pereira; a diretora do Sindicato Nacional dos Serviços Federais da Educação Básica e Profissional, Tânia Maria Guerra; e o diretor de Desenvolvimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Getúlio Marques Ferreira.

CCJ delibera sobre mudança no BNDES

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, às 10h, projeto que enquadra o BNDES na categoria de empresa pública. Em seguida, delibera sobre propostas não terminativas. Na terceira parte da reunião, debate proposta sobre a exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista, com a presença dos presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e das associações brasileiras de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e de Imprensa (ABI).

Teclados de terminais bancários

Às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouve o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, general Augusto Heleno, em audiência. Ele vai falar sobre as atividades do departamento e a implantação do centro tecnológico. Em seguida, a CCT examina 25 itens que tratam de concessões para serviço de radiodifusão. Consta ainda da pauta projeto que torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária.

Geraldo Magela

Comissão proposta por Tuma vai investigar falsificação de remédios

Tuma pede que líderes indiquem membros para CPI

Autor do requerimento que criou a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que irá investigar a falsificação de remédios e equipamentos médicos no país, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu, ontem, que os líderes partidários indiquem seus representantes no colegiado, para que que ele possa ser instalado e inicie suas atividades.

Ao defender a investigação a ser feita pela CPI, Romeu Tuma citou notícia publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "País registra recorde de apreensão de medicamentos falsificados".

Segundo a matéria, "somente no primeiro semestre, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Polícia Federal recolheram 316 toneladas desses medicamentos; no ano passado, foram 45,5 toneladas". O jornal também afirma que "a comercialização, que era feita por camelôs e via internet, agora também está migrando para farmácias e drogarias".

Geraldo Magela

Francesa dedica seu tempo a provar que Battisti não é assassino, diz Suplicy

Suplicy lê carta de escritora em defesa de Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta que a escritora francesa Fred Vargas encaminhou ao ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal, relator do processo de extradição, a pedido do governo italiano, de Cesare Battisti, ex-integrante de um dos braços das Brigadas Vermelhas.

O senador observou que a escritora vem lutando para que o STF confirme a decisão do ministro da Justiça brasileiro, Tarso Genro, que concedeu *status* de refugiado político a Battisti.

Segundo Suplicy, Fred Vargas vem dedicando seu tempo nos últimos dois anos a mostrar às autoridades que Battisti realmente participou de ações armadas, "mas nunca cometeu assassinatos". "Ele foi condenado sem qualquer prova material, nem testemunha ocular", afirma a escritora francesa na carta. O STF deve julgar o caso nesta semana, conforme notícias da imprensa.

Assinada por Azeredo e Maciel, sugestão de mudança na reforma eleitoral determina que empresas de comunicação social devem atuar de maneira imparcial na internet

Emenda libera uso de *blog* na propaganda eleitoral

A PROPOSTA DE reforma eleitoral, que deverá ser votada hoje pelo Plenário do Senado, poderá permitir a propaganda de candidato, partido político ou coligação, bem como tratamento privilegiado a qualquer destes, em *blog* assinado por pessoa física, rede social, sítio de interação e de mensagens instantâneas, e outras formas de comunicação interpessoal através de mensagem eletrônica.

Já as empresas de comunicação social na internet e os provedores com conteúdos próprios deverão atuar de maneira imparcial. Não poderão dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação, sem motivo jornalístico que justifique, a partir do dia 5 de julho do ano da eleição.

Emenda estabelecendo essas regras, que será apresentada em Plenário, foi divulgada ontem pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), um dos relatores da proposta (PLC 141/09). A emenda veda o anonimato e assegura o direito de resposta mediante decisão judicial.

Conforme a iniciativa, ficará ainda proibida, em qualquer forma de comunicação na internet, a veiculação de "imagens de realização de pesquisa ou consulta popular de natureza eleitoral que permita a identificação de pessoa entrevistada ou que contenha manipulação de dados, ainda que sob a forma de entrevista jornalística".

Ana Volpe

O conteúdo da internet é um dos pontos em discussão na reforma eleitoral

Multa

Assinada por Azeredo – relator da matéria na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) – e pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) –, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a emenda prevê multa de R$ 5 mil a R$ 30 mil para o responsável pela divulgação de propaganda que contrarie as normas estabelecidas. Também o beneficiário estará sujeito a essa multa, desde que se comprove seu prévio conhecimento.

A emenda enfatiza que os provedores de internet e empresas de comunicação social na rede poderão realizar debates entre os candidatos. Elas, no entanto, deverão cumprir as normas previstas para debates no rádio e na televisão.

Liberdade

Em entrevista à saída do Plenário, Eduardo Azeredo explicou que todos os mecanismos que as pessoas usam na internet são livres.

– A pessoa pode dizer o que quiser, pode fazer campanha para o candidato que quiser. Evidentemente que, se fizer uma campanha ofensiva, o candidato também tem o direito de reclamar na Justiça ou reclamar direito de resposta – afirmou o parlamentar.

O relator reiterou as modificações aprovadas pelos senadores na votação conjunta das duas comissões, como a obrigatoriedade de as rádios comunitárias transmitirem a propaganda no horário eleitoral; a possibilidade de se efetuarem doações por meio da internet, seja por cartão de crédito ou débito, de boleto bancário ou de cobrança na conta telefônica; e a propaganda paga na internet para a campanha à Presidência da República.

Concordância

Eduardo Azeredo ressaltou ainda que ele e Marco Maciel tiveram ontem uma reunião com o relator da matéria na Câmara, deputado Flávio Dino, que aprovou a maioria dos pontos alterados no Senado.

Mas, segundo Azeredo, o relator na Câmara dos Deputados afirmou que algumas modificações feitas pelos senadores podem gerar polêmica, citando como exemplo o fim da impressão dos votos pelas urnas eletrônicas para possibilitar uma auditagem, inovação criada pelos deputados e retirada no Senado.

Efraim critica TSE por dar posse a derrotados no segundo turno

Efraim Morais (DEM-PB) criticou ontem decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de proferir sentenças determinando a cassação de governadores e a diplomação e posse de candidatos derrotados no segundo turno das eleições nos estados.

Na avaliação do senador, as decisões do TSE não têm amparo no artigo 81 da Constituição, que fixa as regras para se proceder à sucessão no Executivo federal em caso de vacância. Segundo ele, mesmo não havendo determinação expressa, essas regras, por simetria, devem ser aplicadas a estados e municípios.

– Os preceitos insculpidos no artigo 81 da Constituição em nenhum momento consagram a possibilidade de o candidato derrotado em eleições realizadas em segundo turno vir a ocupar cargo em decorrência da sua vacância. O motivo disso é que falece a esse candidato a necessária legitimidade para o exercício do cargo, pois ela só é obtida mediante a conquista da maioria dos votos válidos – disse.

Efraim assinalou que o princípio constitucional da soberania popular de que "todo o poder emana do povo" produz como corolário "óbvio e necessário" o "conceito da majoritariedade", segundo o qual o vencedor de qualquer pleito para o Poder Executivo, em todas as esferas, é o candidato mais votado.

Por esse motivo, acredita o senador, apenas o candidato que receber o maior número de votos pode receber o mandato.

– Este, e somente este, pode ser diplomado pela Justiça Eleitoral e exercer as atribuições do cargo, legitimamente conquistado nas urnas – afirmou.

Efraim lembrou ainda que a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 155, de autoria do PSDB, requerendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) a realização de eleições indiretas para o governo da Paraíba, poderá entrar em pauta nos próximos dias.

Geraldo Magela

Efraim afirma que Supremo vai julgar ação do PSDB contra decisões do TSE

Na Paraíba, Cássio Cunha Lima, do PSDB, teve sua cassação confirmada pelo TSE em novembro do ano passado. No lugar de Cássio assumiu o segundo colocado nas eleições, o atual governador José Maranhão.

Já no Maranhão, lembrou Efraim, Jackson Lago foi cassado, tendo tomado posse, em seu lugar, a então senadora Roseana Sarney (PMDB), que ficara em segundo lugar nas eleições.

Geraldo Magela

Virgílio endossa relatório de empresa de avaliação de risco

Virgílio: situação fiscal do país está se deteriorando

O Brasil precisa iniciar rapidamente um processo de consolidação fiscal, a fim de preservar sua credibilidade na economia. A recomendação, contida em relatório elaborado pela empresa de avaliação de riscos Fitch Ratings para a América Latina, foi endossada ontem, em discurso, por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O documento, segundo o senador, adverte para o elevado grau de deterioração fiscal nas finanças do país, salientando que tal condição já está "bastante evidente" quando se compara o resultado fiscal dos sete primeiros meses de 2009 com o mesmo período do ano anterior. Neste ano, o superávit primário caiu 60% em comparação com o mesmo período de 2008.

Virgílio aproveitou para cobrar do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que desminta a informação de que será candidato no próximo pleito. Em aparte, Antonio Carlos Junior (DEM-BA) apoiou o pronunciamento.

Geraldo Magela

Mozarildo registra participação em evento maçônico em Feira de Santana

Lula gasta mais que Obama, afirma Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou reportagem do *Correio Braziliense* sobre gastos com pessoal da Presidência da República. De acordo com o jornal, disse o senador, a Presidência da República gastou com pagamento de pessoal R$ 952 milhões, no período de julho de 2008 a julho de 2009, valor superior ao de orçamentos individuais de 11 ministérios.

No mesmo período, acrescentou Mozarildo, o Ministério da Integração Nacional gastou R$ 515 milhões; o do Meio Ambiente, R$ 873 milhões; e o de Minas e Energia, R$ 380 milhões.

– O presidente Barack Obama tem menos gente e menos gastos para exercer a Presidência do que o presidente Lula – completou o senador.

Mozarildo Cavalcanti também registrou sua participação no 26º Congresso Maçônico do Grande Oriente da Bahia, realizado na cidade de Feira de Santana.

Empresa nega sobrepreço no projeto de refinaria

Os engenheiros Mário Sergio Pini e Luiz Raymundo Freire de Carvalho, respectivamente diretor de Relações Institucionais e consultor da Pini Serviços de Engenharia, afirmaram ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, que não houve contratação de serviços com sobrepreço (valor acima do de mercado) no projeto básico da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Eles disseram, porém, que, pelo trabalho realizado – estimativa de preço de mercado na origem (na fase de terraplenagem) – não têm condições de dizer se houve ou não superfaturamento durante a execução da obra.

– Como nosso estudo é um estudo na origem, ele só poderia indicar sobrepreço. Como não há sobrepreço, é de se esperar que não haja superfaturamento, a menos que tenha havido variação de quantitativos. Mas isso não foi objeto do nosso trabalho – explicou Mário Sergio Pini.

Em depoimento à CPI na semana passada, técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentaram relatório que detectou indícios de superfaturamento na construção da refinaria. De acordo com eles, materiais foram orçados abaixo do preço de mercado e adquiridos com sobrepreço. Além disso, apesar de declarar no contrato que adota o Sicro – critério padrão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para medição de terraplenagem em obras públicas –, a estatal teria feito adaptações ao referencial para atender a particularidades da refinaria, o que aumentou os custos.

Variáveis

Mário Sergio Pini disse que uma obra como a da Refinaria Abreu e Lima não é uma obra convencional. Nesse sentido, o método de aferição de preços utilizado pela empresa – que a Pini chama de modelagem de custos – não levou em consideração apenas uma tabela de preços padrão, baseada em porcentagens, mas sim todas as variáveis que, a seu ver, precisavam ser consideradas, como insumos, água, horas extras, jornada de trabalho, chuvas, custos com equipamentos etc.

– A metodologia que nós chamamos de formação de preços por composição [utilizada pelo TCU] considera muitos dos custos da obra, principalmente os indiretos, como sendo custos tratados por percentuais. É como se pudéssemos generalizar fatores que são específicos a cada obra para qualquer tipo de obra. É fundamental que possamos fazer ajustes de engenharia e de custos nas tabelas para que elas possam ser representativas no caso de obras não convencionais – afirmou o diretor de Relações Institucionais da Pini.

Com todas as variações possíveis, o relatório apresentado pela empresa de engenharia concluiu que qualquer valor entre R$ 411 milhões e R$ 551 milhões estaria correto. O contrato foi fechado em R$ 429 milhões.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que "a Pini e o TCU não estão falando a mesma língua", e que o que os técnicos do tribunal disseram na semana passada não ia de encontro ao que os engenheiros haviam dito na sessão de ontem.

> Alvaro Dias questiona legitimidade das informações prestadas pela empresa

– Achamos que os métodos do TCU são válidos, mas não conclusivos. Ele aponta indícios. Nosso estudo é conclusivo em relação ao projeto básico – respondeu Mário Sergio Pini.

TRT-SP

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a legitimidade das informações apresentadas pela Pini Engenharia. Ele sugeriu que a empresa trabalharia para atender aos interesses de quem a contrata, e citou como exemplo de sua atuação nesse sentido o escândalo do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Ao final da década de 90, a Pini foi chamada a atestar os números da obra em que, mais tarde, se provou ter havido superfaturamento.

Mário Sergio argumentou que a prova da lisura da Pini no episódio do TRT-SP foi o convite para que a empresa atuasse na retomada das obras.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator da CPI, disse ter recebido do Ministério Público Federal e do juiz Fausto Martins de Sanctis ofício em que este último informa que não irá remeter material nenhum à comissão porque "os autos da ação penal não contemplam acusações ou menções que envolvam a Petrobras".

Wildemir Bureth

Luiz Raymundo (*E*), João Pedro, Romero Jucá e Mário Sergio Pini

José Cruz

João Carlos de Luca (*E*), Delcidio Amaral, Murilo Marroquim e Ivan Simões Filho em audiência que inaugurou os debates no Senado sobre marco regulatório do pré-sal

Indústria do petróleo pede mais tempo para discussão do pré-sal

IBP apela para que governo desista do pedido de urgência para a tramitação dos projetos sobre exploração das novas reservas de petróleo

REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA do petróleo apelaram para que o governo volte atrás no pedido de urgência constitucional para a tramitação do projeto que trata do regime de exploração do petróleo da camada pré-sal. O pedido foi feito em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), proposta por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Delcidio Amaral (PT-MS). Se prevalecer a urgência, a Câmara dos Deputados terá 45 dias de prazo para examinar e votar o pacote de projetos recebidos na semana passada, o mesmo tempo que os senadores vão dispor em seguida para se manifestar.

– A urgência restringe o debate em matéria tão importante, que vai regular a indústria do petróleo como um todo pelos próximos quarenta ou cinquenta anos. O interesse não é procrastinar – disse João Carlos de Luca, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Bicombustíveis (IBP).

De Luca, assim como o presidente da Devon Energy do Brasil, Murilo Marroquim, e o vice-presidente da British Petroleum do Brasil, Ivan Simões Filho, apontaram como exemplar o marco regulatório vigente, baseado no modelo de concessão. Mesmo assim, disseram que a indústria já opera com outros modelos contratuais ao redor do mundo e está disposta a investir nas novas reservas com base no modelo de partilha (sistemática que o governo defende agora), desde que com um mínimo de garantias. O governo só precisaria aperfeiçoar o atual sistema de concessão para que seus objetivos com o pré-sal fossem alcançados: maior retorno econômico e controle sobre as reservas.

Um dos pontos que mereceram crítica diz respeito à escolha da Petrobras como operadora única das reservas do pré-sal. Pela proposta do Executivo, a estatal do petróleo terá, no mínimo, 30% de participação em todos os consórcios para exploração dos blocos que vierem a ser licitados.

– Temos muito orgulho da Petrobras. Ninguém questiona a liderança de empresa em águas profundas, mas ela não é a única que dispõe de tecnologia e recursos humanos e financeiros para tal – criticou Ivan Simões, observando que a British Petroleum, por exemplo, hoje é líder em levantamento geofísico em áreas de pré-sal, podendo trazer esse aporte tecnológico para o país.

Ele também salientou que, se a Petrobras não puder atender a todos os contratos em que atuará por força de seu papel de operadora única, poderá acabar dando prioridade à exploração de áreas mais vantajosas. Segundo Simões, nessa insegurança, os investidores vão tender a fazer ofertas menores nas licitações dos blocos menos atrativos e que podem ter sua exploração atrasada por conta de eventuais "gargalos" da Petrobras.

Os representantes da indústria criticam a decisão de se atribuir à estatal o direito de veto nas decisões no âmbito dos comitês operacionais, formado com a operadora privada que atuará na exploração de cada bloco. No ponto de vista dos expositores, falta definir com maior precisão o conceito das reservas do pré-sal. O projeto teria apenas delimitado a extensão da área de 149 mil quilômetros quadrados entre o litoral do Espírito Santo e Santa Catarina. Dessa maneira, até os reservatórios acima do pré-sal – camada situada entre e 7 a 15 mil metros de profundidade abaixo da linha do mar – estarão enquadrados no novo regime de partilha.

A visão dos expositores é de que o modelo proposto também não resolve a dificuldade de conciliar a produção na eventualidade de se tratar de reservatório subterrâneo comum.

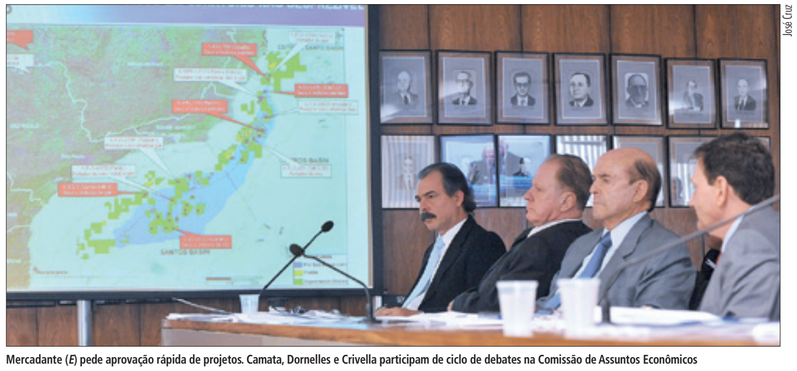
Prazo para exame de projetos não é consenso entre senadores

Durante a audiência na CAE sobre o petróleo da camada pré-sal, Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que o governo – que apresentou projeto propondo o modelo de partilha para a exploração desses recursos – poderia garantir os mesmos níveis de controle sobre as novas reservas mantendo o atual modelo, de concessões.

José Agripino (DEM-RN) defendeu a busca de uma simbiose entre a concessão e a partilha. Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu pressa para que o Congresso aprove logo os quatro projetos que tratam do marco regulatório desse petróleo. Um dos motivos, conforme observou, é que 28% do pré-sal já estão licitados. "As sete maiores empresas de petróleo do mundo mostram-se dispostas a pagar o que for pedido para ter acesso a novas reservas", garantiu.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o presidente Lula "acertou" em colocar a Petrobras à frente da exploração. Mas condenou o governo por "transformar o pré-sal em campanha eleitoral" e por fixar em 90 dias o prazo para que o Congresso aprecie os projetos.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o maior problema está na aprovação, pelo Congresso, de uma das quatro propostas: a que cria a Petro-Sal, empresa que vai gerenciar o pré-sal. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que apresentará emenda ao projeto, obrigando os diretores da empresa a passarem pela aprovação do Senado. Já Osmar Dias (PDT-PR) indagou se a tecnologia que o país detém é a ideal para extrair o petróleo do pré-sal de forma comercial. Murilo Marroquim, presidente da Devon Energy do Brasil, respondeu que sim, mas que está sujeita a melhorias e modernização. Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu que a exploração do pré-sal resulte no barateamento dos combustíveis para a população. Também participaram dos debates Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), César Borges (PR-BA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Jefferson Praia (PDT-AM) e Wellington Salgado (PMDB-MG).



José Cruz

Mercadante (*E*) pede aprovação rápida de projetos. Camata, Dornelles e Crivella participam de ciclo de debates na Comissão de Assuntos Econômicos

Geraldo Magela

Inácio Arruda recorreu ao modelo da Noruega, que incluiu a aposentadoria no Fundo Social

Divisão dos recursos deve ser feita agora

É preciso definir agora onde devem ser investidos os recursos da exploração do petróleo na camada pré-sal, defendeu o senador Inácio Arruda (PCdoB). Ele citou o modelo escolhido pela Noruega, que incluiu a aposentadoria de todos os noruegueses no seu Fundo Social, e refutou o argumento de que o tempo é curto para que o Congresso decida sobre o marco regulatório do pré-sal, elaborado pelo governo federal e reunido em quatro propostas legislativas.

– O problema do Congresso Nacional não é dizer: o marco [regulatório] é bom ou ruim. É dizer: é possível ampliar, é possível colocar aqui a aposentadoria – afirmou.

Nessa linha, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que propor a inclusão da Previdência na divisão dos recursos do Fundo Social não significa ser contra o marco regulatório proposto pelo governo.

Existem questionamentos apenas quanto à criação de uma nova empresa e a presença da Petrobras como operadora exclusiva na área do petróleo, resumiu Inácio Arruda. Ter maior controle sobre essa riqueza é uma decisão de país e exatamente por isso está sendo questionada, observou.

Geraldo Magela

Para Renato Casagrande, investimentos e impacto ambiental justificam compensação

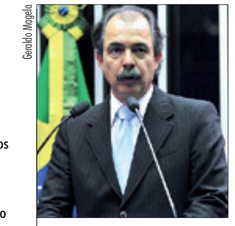
Maior parte de *royalties* para estados produtores

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES) defendeu que a maior parte dos *royalties* obtidos com a exploração do petróleo no pré-sal seja destinada aos estados produtores. Esses estados precisarão realizar grandes investimentos em infraestrutura, além de garantir compensações sociais e ao meio ambiente.

– Nós compreendemos que o petróleo deve ser instrumento de desenvolvimento para toda a população brasileira, para esta e as próximas gerações, mas que os estados produtores precisam de tratamento diferenciado, pelo impacto que sofrem – argumentou.

Casagrande defende o estabelecimento de critérios para a distribuição de recursos a municípios e estados não produtores. Ele sugeriu critérios semelhantes aos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), pelo qual a União repassa aos estados parte dos recursos obtidos com os impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

A União, observou, poderia distribuir aos estados não produtores os recursos de dividendos gerados pela aplicação de parte do Fundo Social. Pela proposta do governo, esses recursos serão destinados ao meio ambiente, ao combate à pobreza, à educação e à ciência e tecnologia.



Geraldo Magela

Aloizio Mercadante defende decisão de suspender rodada de licitações

Mercadante apoia regime de partilha

O líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem a proposta do Executivo de substituir o regime vigente de concessão para o de partilha na exploração de petróleo na camada pré-sal. Ele salientou que, com a adoção do regime de partilha, as novas reservas, ao serem descobertas, continuarão sob o controle do Estado brasileiro, enquanto no regime de concessão serão privatizadas.

Justificando a decisão adotada pelo governo Lula de suspender a 9ª Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), Mercadante citou como exemplo os 28% de áreas já licitadas dentro do pré-sal.

Segundo ele, o Brasil recebeu apenas R$ 345 milhões por esses blocos já leiloados, cujas reservas, estimadas em 10 bilhões de barris, considerando o preço de mercado de US$ 70, valem US$ 700 bilhões.

– O governo tinha que suspender e tinha que mudar o marco regulatório, tinha que pensar no futuro do Brasil, tinha que pensar na melhor forma de explorar essa riqueza. O governo tinha que pensar nas futuras gerações.

Geraldo Magela

Cristovam adverte para depredação ambiental, concentração de renda e violência

Cristovam: discurso de Lula ficou incompleto

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), foi incompleto o discurso do presidente Lula durante as comemorações da Independência, em que pediu aos brasileiros que pressionem o Congresso para que aprove com urgência os projetos que tratam do pré-sal. O senador afirmou que Lula deveria pedir aos brasileiros que discutam o tipo de progresso que querem, antes de debater a exploração de petróleo na camada pré-sal.

Cristovam disse que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos últimos séculos causou depredação ambiental, concentração de renda e violência. Ele ressaltou que, diferentemente de outras riquezas que impulsionaram o crescimento econômico do país, como a cana-de-açúcar e o ouro, a exploração da camada pré-sal pode ser debatida amplamente com a sociedade.

O senador defendeu a busca de um modelo que combine com distribuição de renda e paz nas ruas e seja baseado na "indústria do conhecimento", com educação de qualidade. Para ele, se o país não encontrar uma alternativa ao tipo de desenvolvimento vigente, o impacto poderá ser desastroso. Ele assinalou que o petróleo é um dos principais causadores das mudanças climáticas.

Delcidio cogita modelo híbrido de gestão

Ao comentar a reunião realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos para discussão do marco regulatório do pré-sal, Delcidio Amaral (PT-MS) convocou os senadores a debater o assunto sob o viés do que seja melhor para o país, sem ideologização ou "carimbos" nos discursos. Para ele, o que deve estar em foco não é o tempo de tramitação dos projetos que tratam do pré-sal e que já estão na Câmara, mas sim o modelo de gestão da exploração e da produção do petróleo do pré-sal.

– Foi uma reunião muito proveitosa, sem politização, sem discursos inflamados e que girou em torno de discussões do que é melhor para o Brasil e para o futuro das gerações – avaliou.

Ele disse ter percebido, inclusive, durante a audiência, que o setor privado do petróleo não teria dificuldades em aceitar um modelo híbrido de gestão que incluísse os dois formatos de partilha e concessão. O que, a seu ver, poderia ser um dos aperfeiçoamentos dos projetos.

Sobre os dois sistemas, Delcidio disse considerar que alguns pontos de vista estão sendo colocados de maneira equivocada.

– O primeiro deles é que não está em discussão se o modelo de partilha ou de concessão é mais ou menos nacionalista. O que está em jogo é o que é o ideal e nessas discussões o que tenho visto são meias verdades. Os dois modelos têm pontos positivos e desfavoráveis.

Como exemplo, Delcidio lembrou os grandes benefícios que o sistema de concessão trouxe para o país, como as parcerias, a viabilização de tecnologia, a criação de 70 novas empresas e a transparência, que seria intrínseca a esse formato.

Geraldo Magela

Agripino: "Quem fala em filho e neto não impõe para amanhã a solução"

Agripino questiona criação da Petro-Sal

O líder do DEM, José Agripino (RN), questionou ontem a proposta de criação de uma empresa – a Petro-Sal – para administrar a exploração do petróleo proveniente da camada pré-sal localizada na plataforma marítima brasileira. Ele também discordou da pressa com que o governo quer ver aprovados os quatro projetos encaminhados ao Congresso Nacional, que tratam do marco regulatório do pré-sal, da criação de um Fundo Social e da Petrosal e da capitalização da Petrobras.

Agripino disse que votaria de imediato a criação do Fundo Social e a capitalização da Petrobras, mas apontou a responsabilidade com as gerações futuras como uma obrigação dos parlamentares. Por isso, defendeu a discussão dos outros dois projetos sem prazo definido e à luz dos interesses dos brasileiros. Ele citou a audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a presença de três executivos da indústria petrolífera privada.

– Quem fala em filho e neto não impõe para amanhã a solução. Quem fala em buscar o melhor para os brasileiros propõe o debate maduro e racional para que se encontre a melhor solução e não uma solução aligeirada.

Geraldo Magela

Gilvam diz que já estão ocorrendo demissões por causa de paralisação

Gilvam pede a retomada da obra de ponte binacional

A "retomada urgente" das obras de construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, que ligará o Amapá à Guiana Francesa, foi pedida por Gilvam Borges (PMDB-AP). Essas obras foram paralisadas devido a recentes descobertas arqueológicas no local. Segundo o senador, a primeira etapa da pesquisa arqueológica já está concluída e, por isso, a construção da ponte pode ser reiniciada. Falta apenas, de acordo com Gilvam, a resolução de "entraves burocráticos".

– As obras estão paralisadas desde 14 de agosto. A empresa Engesa, responsável pelo empreendimento, já iniciou as demissões – disse ele.

Jefferson Praia defende pesquisas na Amazônia Legal

A "grande fórmula" para o desenvolvimento da Amazônia Legal envolve conhecimento, pesquisa e socialização de informações, visando ao melhor uso possível dos recursos naturais da região – ou seja, com a geração de emprego, renda e a preservação do meio ambiente, disse Jefferson Praia (PDT-AM), ao defender investimentos em ciência e tecnologia.

Na opinião do senador, é preciso incentivar as pesquisas nesse setor para conhecer melhor a região – que abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Geraldo Magela

Para o senador, desenvolvimento da região precisa de ciência e tecnologia

Projeto que muda para R$ 5.700 o limite em gastos com educação teve o voto contrário de Cristovam Buarque, que condenou isenções para pagamento de ensino privado

Comissão aumenta limite de dedução do IR com educação

O LIMITE ANUAL para dedução de gastos com educação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física poderá ser elevado para R$ 5.700 a partir de 2010. No ano-calendário de 2008 esse limite foi de R$ 2.592,29. A mudança consta de projeto do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e que segue agora para análise, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As famílias de classe média seriam as maiores beneficiadas pela ampliação do limite, pois, como lembrou o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), muitas vezes elas optam por matricular seus filhos em escolas particulares, "sobretudo em razão da má qualidade de boa parte do ensino público".

O projeto (PLS 145/09) foi aprovado com o voto contrário do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). De acordo com ele, não se deveria aumentar uma isenção que acaba por privilegiar a educação privada. Além disso, o benefício favoreceria famílias que pagam Imposto de Renda.

– Me assusta que continuem tirando dinheiro do setor público para financiar os estudos de nossos filhos – afirmou Cristovam.

Isenção da Cofins

A Comissão de Educação também aprovou projeto (PLS 8/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que trata da isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para instituições de ensino.

Pelo texto do relator, senador Marco Maciel (DEM-PE), ficarão isentas da Cofins apenas as entidades privadas sem fins lucrativos que ofereçam educação básica.

O projeto original de Dornelles estabelecia isenção para todas as instituições privadas de ensino que comprovassem finalidade não lucrativa.

Marco Maciel salientou, no entanto, que o sistema de ensino superior já conta com isenção, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). O projeto também será analisado, em decisão terminativa, pela CAE.

Escolas de área rural

A comissão aprovou ainda requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) em que ela solicita a realização de audiência pública para discutir por que as escolas localizadas na área rural não são submetidas às avaliações promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação.

Outro requerimento aprovado, este encabeçado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), solicita que a comissão realize audiência pública sobre o tema "Primeira infância e cultura da paz".

A reunião foi presidida pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Marco Maciel.

Márcia Kalume

Marco Maciel (*E*) limitou isenção da Cofins a entidades privadas sem fins lucrativos dedicadas à educação básica

Autoescolas terão de dar aulas noturnas de direção

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ainda, na manhã de ontem, projeto de lei da Câmara que torna obrigatórias as aulas noturnas para os candidatos à carteira nacional de habilitação. O objetivo é fazer com que os aprendizes acostumem-se às condições especiais da direção sem a luz do dia.

De acordo com o projeto (PLC 113/09), relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabelecer uma carga horária mínima para as aulas noturnas. Atualmente, para realizar o teste de direção, o pretendente à carteira de motorista, ou de motociclista, deve fazer, pelo menos, 15 horas/aula, conforme estabelece a Resolução 168/04, do Contran.

O autor do projeto, deputado Celso Russomano (PP-SP), argumenta que o aprendizado não pode ser um "mero simulacro", ou seja, uma cópia grosseira da realidade. Como a maior parte dos acidentes é de responsabilidade dos motoristas, ficando as demais causas em segundo plano, o parlamentar defende que a formação dos condutores deve ser aperfeiçoada.

A proposição será examinada em seguida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa. Se não sofrer alterações, irá a sanção presidencial. No caso de ser alterada, volta ao exame da Câmara dos Deputados.

Geraldo Magela

"Quem não tem documento da terra vai derrubando sem licença", diz Raupp

Raupp faz apelo por regularização fundiária

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo ao Incra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para que componham uma força-tarefa com o objetivo de regularizar as terras na Amazônia. O senador manifestou preocupação com a atual "insegurança jurídica no meio rural".

Raupp também manifestou esperança no julgamento favorável, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de decisão da Assembleia Legislativa de Rondônia que autoriza a realização de um plebiscito para que a população decida sobre a emancipação política e administrativa de Extrema, na região chamada Ponta do Abunã.

Augusto celebra 65 anos da Associação Comercial de RR

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou a Associação Comercial e Industrial de Roraima pelos seus 65 anos de fundação, completados na segunda-feira. O senador afirmou que a associação, hoje com 250 membros, "sempre teve posições políticas bem definidas e lutou pela democracia".

Augusto também homenageou os veterinários pelo seu dia, que transcorre hoje, e homenageou o falecido senador Jonas Pinheiro, veterinário por formação. Ele lembrou a importância desse profissional no controle de zoonoses e na inspeção da saúde animal.

Geraldo Magela

Augusto homenageia Associação Comercial e Industrial de Roraima

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Adelmir Santana • Paulo Paim • Inácio Arruda • Roberto Cavalcanti • Romeu Tuma • Augusto Botelho • Efraim Morais • Antonio Carlos Júnior • Mão Santa • Gilvam Borges

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Waldemir Barreto

Carlos Nobre: depois da liderança agrícola, maior potencial do país é ambiental

Cientista prega novo modelo de exploração de recursos naturais

O Brasil deveria usar os recursos do petróleo da camada pré-sal para financiar um modelo de desenvolvimento único e autônomo, amparado na ciência e na tecnologia, e que favorecesse a exploração racional de seus próprios recursos naturais e de outras regiões tropicais. A ideia é do cientista Carlos Nobre, que participou de debate na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas como representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

– Precisamos descobrir uma maneira de explorar o potencial do país de forma nunca utilizada. Criar essa competência é tarefa do ITA [Instituto Tecnológico da Aeronáutica], da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] e de ilhas de competência de mecânica fina e ótica que nos mostram o caminho de um desenvolvimento autônomo – afirmou Carlos Nobre sobre o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e as perspectivas do Brasil para a 15ª Conferência das Partes (COP 15) das Nações Unidas.

Lembrando que o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas ainda está na Câmara dos Deputados, Nobre afirmou que o Brasil já tem condições de liderar o debate sobre a redução do desmatamento tropical.

– Nosso grande potencial é o ambiental, mais que o agrícola, onde já somos uma potência. A implementação bem-sucedida do plano poderá tornar menor a emissão de gás carbônico.

Nobre ressaltou também que a exploração do pré-sal não deve comprometer a produção de combustíveis alternativos. O país, alertou, precisa compensar a emissão de gás carbônico resultante dessa exploração.

– A Petrobras vem se preparando há mais de dez anos junto com outras petrolíferas no sentido de diminuir suas emissões na exploração de petróleo. O setor técnico da Petrobras é responsável por esses experimentos – disse.

Demostenes defende aprovação da PEC que beneficia o Cerrado

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) defendeu ontem, da tribuna, a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) de sua autoria que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. O parlamentar afirmou que aprovação da medida não impedirá a agricultura no país nem reduzirá as áreas agricultáveis. A matéria está na ordem do dia do Plenário para votação.

– Não se ataca um só instante a produção. Só se quer considerar, como já se considera os demais biomas, como patrimônio nacional – observou.

Demostenes disse que a proposta (PEC 51/03) vai reparar uma injustiça cometida pelos constituintes ao não incluir o Cerrado e a Caatinga no parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição. Tal artigo, explicou, considera como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira.

Geraldo Magela

PEC de Demostenes também inclui Caatinga como patrimônio nacional

O senador informou que o Cerrado tem quase 200 milhões de hectares e abrange Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais. Disse que essa vegetação era encontrada também no Maranhão, Piauí, São Paulo e Paraná, onde, atualmente, pode haver apenas resquícios do bioma.

Demostenes ressaltou que o Cerrado é a savana mais rica do mundo em biodiversidade.

Debate promovido pela Comissão de Meio Ambiente trata de projeto que cria política nacional para compatibilizar agropecuária com preservação ambiental

Produtor quer recursos para integrar lavoura e floresta

CRÉDITO PARA PRODUÇÃO, financiamento de projetos e implementação de programas de educação e treinamento em novas tecnologias foram defendidos por representantes de associações de produtores rurais como fundamentais na criação de uma nova Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Prevista em projeto que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), essa política foi discutida ontem em audiência pública.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Manoel Caixeta Haum, disse que a entidade aprova o programa, por representar uma alternativa de renda para o produtor. Segundo Haum, o projeto precisa ser implantado em etapas e em médio prazo, incluindo diretrizes de educação ou treinamento.

Haum observou ainda que a vinculação do programa deverá ser com o Ministério da Agricultura, para que ele seja visto como alternativa de produção, e não de defesa do meio ambiente.

Brent Millikan, da ONG Amigos da Terra, disse que a organização não governamental discutiu o assunto, além de examinar fazendas modelo de gado que obtiveram redução de desmatamento e da emissão de gases estufa, apesar do aumento de produção e de produtividade.

Para ele, existe plena compatibilidade entre rentabilidade financeira e respeito às regras de preservação da floresta e do meio ambiente, pois as fazendas modelo apresentam lucro líquido entre 40% e 45% maior do que as fazendas convencionais. Na opinião de Millikan, o Brasil está no limiar de um novo patamar de boas práticas de produção, se houver apoio de incentivos fiscais e creditícios e programas de educação e treinamento. Millikan garantiu que a recuperação de pastagens degradadas representa uma prática que gera lucro para todos.

Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura e hoje representando o Grupo Campo, disse que desenvolver projetos de integração lavoura-pecuária com tecnologia moderna é possível e rentável, "desde que haja dinheiro farto e sem burocracia".

Produtor rural em Minas Gerais há dez anos, Paulinelli disse que pratica essa integração, tendo recuperado boa parte das pastagens degradadas que havia na sua propriedade. A atividade pecuária exaure o solo, admitiu, e somente com tecnologia de manejo, integração lavoura-pecuária e muita água é possível garantir sucesso. O ex-ministro se queixou da legislação sobre uso da água, que pode impedir que o produtor rural use a água que ele próprio produziu com sua tecnologia de manejo. É impossível aumentar a produtividade dos rebanhos sem ter acesso a crédito financeiro e a políticas públicas de financiamento agrícola sem burocracia, disse.

Márcia Kalume

Caixeta Haum (*E*), Paulinelli, Renato Casagrande, Roberto Vizentin, Luiz Carlos Balbino e Brent Millikan, ontem, na CMA

Sintonia fina com zoneamento econômico-ecológico

Roberto Vizentin, representante do Ministério do Meio Ambiente, propôs que a recuperação de áreas degradadas seja colocada entre as exigências para a concessão de benefícios fiscais e crédito aos produtores agropecuários.

– A ideia é fazer a ponte com esse projeto e estabelecer uma sintonia fina entre o zoneamento ecológico e o econômico para fins de recomposição [das florestas] – disse ele, no debate sobre projeto (PLS 260/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que cria a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Vizentin, que é diretor de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável, avalia que, com manejo econômico adequado, capaz de agregar valor e renda, seria possível melhorar a produtividade das áreas degradadas e evitar nova utilização das áreas já recompostas por florestas.

Para gerar riquezas na região amazônica, observou, não é necessário modificar o marco legal estabelecido pelo Código Florestal. O percentual de terras a ser utilizado em atividades agropecuárias poderia, assim, ser adaptado de acordo com as necessidades locais.

O representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Luiz Carlos Balbino, também apontou para os benefícios da recuperação de áreas degradadas, que poderia ser feita com alternância do plantio de lavouras.

Após observar que a proposta de Expedito foi derrubada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a senadora Marina Silva (PV-AC) sugeriu que o governo assuma o projeto e indique as fontes de recursos necessárias para garantir a integração lavoura-pecuária-floresta.

O relator na CMA, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), considerou boa a proposta de incentivo à prestação de serviços ambientais, mas afirmou que os pequenos produtores de Mato Grosso não têm condições de recuperar passivos ambientais devido à pobreza do solo e à falta de sustentabilidade econômica dos empreendimentos pecuários na região.

Crédito para saneamento do rio Tietê

O Plenário do Senado aprovou ontem autorização para que a União avalize empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ao estado de São Paulo, no valor de até US$ 100 milhões.

Os recursos serão destinados ao financiamento de parte do Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). O objetivo do programa é desenvolver ações voltadas para a proteção e a recuperação de mananciais que abastecem de água a região metropolitana da capital paulista.

O projeto de resolução havia sido aprovado, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). A proposta (PRS 56/09) vai a promulgação.

Geraldo Magela

Paim: proposta garante suporte "para momentos cruciais"

Projeto cria facilidade para saque do FGTS

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que permite aos trabalhadores sacarem o saldo de sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e aos 30 anos, no caso das mulheres, sem a obrigatoriedade de se aposentarem.

Paim explicou que o projeto (PLS 371/09) foi elaborado tendo-se em vista o escopo da Lei do FGTS (Lei 8.306/90) de garantir a segurança ao trabalhador em momentos complexos de sua vida.

– Com essa poupança forçada o trabalhador terá um suporte para momentos cruciais de sua vida. Eu acredito que permitir ao trabalhador o saque do saldo de sua conta vinculada, nesses momentos, é uma questão de grande justiça social – disse.

Aposentados

Paim também comunicou ao Plenário a realização, ontem, de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir dois projetos que beneficiam aposentados e pensionistas: o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário, e o PLC 42/07, que estabelece a política de valorização do salário mínimo e estende o índice de correção do mínimo aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O senador registrou ainda a realização, nas duas últimas semanas, da 32ª Expointer, a maior feira de agronegócio da America Latina. O evento ocorreu em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre.

Em audiência na CRA, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento afirma concordar com necessidade de atualização de parâmetros, mas não durante a crise

Stephanes quer índice rural adequado à modernidade

A AGRICULTURA BRASILEIRA é uma das mais eficientes do mundo, mas os atuais índices que avaliam sua produtividade não refletem essa realidade. A afirmação é do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Ele participou ontem de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre as mudanças no índice de produtividade rural defendidas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. O índice determina se uma área pode ser desapropriada e destinada à reforma agrária.

Segundo Stephanes, os parâmetros em vigor foram estabelecidos numa época em que a agricultura era medida somente com base no "fator terra", ignorando a rentabilidade e a eficiência da exploração agrícola.

O ministro admitiu que o Brasil tem sido incapaz de "proteger sua produção e seus produtores", mas afirmou que não é hora de alterar os índices.

– Estamos num momento de crise mundial, com preços de muitos produtos abaixo do custo de produção. Precisamos reestudar a questão, começando pelos fatores que devem compor o cálculo do índice de produtividade. Mas, neste momento, a discussão é muito mais política e ideológica do que técnica, embora tenhamos tentado chegar a um entendimento – explicou Stephanes, referindo-se a reuniões que tem realizado com Cassel.

Para o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Eliseu Alves, não há dúvidas de que o índice de produtividade rural precisa se adequar às técnicas modernas de produção.

– A produtividade da terra reflete a produtividade econômica. Hoje leva-se em conta conceitos modernos, como fertilizantes e computadores. A terra e o trabalho perderam a capacidade de explicar o índice de produtividade.

Para ele, o índice deve considerar o custo da produção.

– Se uma propriedade não vende seus produtos por um preço capaz de fazer face ao custo total, está fadada ao fracasso. Uma propriedade bem administrada é aquela que paga todos os fatores de produção e ainda sobra para investir – afirmou.

J. Freitas

Para Stephanes (*à esq., com Valter Pereira e Eliseu Alves*), rentabilidade e eficiência da produção devem ser levadas em conta

Comissão também ouvirá movimentos sociais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decidiu ontem realizar outra audiência pública sobre a atualização dos índices de produtividade rural como forma de complementar o debate realizado ontem com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

– Precisamos ouvir a preocupação de outras autoridades, bem como a reivindicação dos movimentos sociais, para se aperfeiçoar o índice de produtividade com base numa proposta de consenso – explicou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor da proposta.

No debate de ontem, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu a instituição de um seguro de renda para a agricultura brasileira. A medida, explicou, ajudará a viabilizar a produção em algumas regiões.

– O produtor brasileiro possui produtividade e eficiência, mas não possui renda. Esse seguro representa a segurança média de cada atividade, com preço compatível para garantir o custo de produção – explicou Goellner, um dos proponentes do debate de ontem.

O parlamentar também defendeu a criação de um fundo garantidor "para assegurar investimentos necessários para a produção" e a emancipação dos assentamentos rurais, com auxílio para que as famílias rurais possam prosperar.

Osmar Dias (PDT-PR) criticou o fato de o índice de produtividade rural ser fixado pelo governo e não pelo Congresso.

– Os ministérios poderiam fornecer uma espécie de assessoria para o Congresso, que deveria votar o índice, para que ele não corresse o risco de ficar a cargo do pensamento de cada governo – opinou.

Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, lembrou que projeto aprovado pela comissão já prevê essa medida.

Já o senador Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou ter esperança de que o governo consiga evitar mais invasões de terra pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

Por sua vez, Valdir Raupp (PMDB-RO) reclamou da falta de preços mínimos compensatórios para os produtores rurais.

Geraldo Magela

Azeredo: Five-Diamonds reuniu cinco renomadas instituições

Azeredo relata participação em conferência

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou ontem ao Plenário sua participação, há alguns dias, em Belo Horizonte, no Five-Diamonds, um ciclo de conferências internacionais sobre o futuro da transnacionalização para as empresas de mercados emergentes.

O ciclo reuniu, segundo ele, cinco renomadas instituições, entre as quais uma única brasileira, a Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais – um centro de desenvolvimento de executivos, empresários e empresas que busca soluções educacionais integradas.

– Criada em 1976, como desdobramento do Centro de Extensão da Universidade Católica de Minas Gerais, a fundação se coloca hoje na 13ª posição no *ranking* de educação executiva, segundo o jornal *Financial Times*. Entre as 45 instituições citadas pelo jornal, a Fundação Dom Cabral é a mais bem colocada na América Latina. Além disso, ocupa a quarta posição no *ranking* de educação executiva da América Economia. E no ranking do guia Você S/A, foi eleita a segunda melhor escola de negócios do país – disse o senador.

Azeredo destacou ainda ter participado da inauguração do novo prédio do Centro de Desenvolvimento do Conhecimento em Gestão, uma área de 10 mil metros quadrados, composta por biblioteca, auditório, anfiteatros e salas de aula. Conta também, segundo o senador, com a Galeria dos Empreendedores, espaço dedicado aos grandes empresários do país.

Osmar defende obras no litoral paranaense

Geraldo Magela

Osmar Dias

Osmar Dias (PDT-PR) propôs que os municípios do litoral do Paraná se associem aos governos estadual e federal para a execução de obras de infraestrutura que beneficiem os moradores e voltem a atrair os turistas. Ele citou o caso da praia de Caiobá, no município de Matinhos, que já foi um dos destinos mais procurados no estado e que tem perdido para praias de Santa Catarina a preferência dos turistas.

Osmar disse ter conversado com o ministro das Cidades sobre a liberação de verbas para melhoria de sete a oito quilômetros das praias de Matinhos, recebendo a garantia de que em 60 dias estarão prontos os projetos que preveem, inclusive, o "engordamento" da praia.

Na Paraíba, "destravamento do turismo"

Geraldo Magela

Roberto Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) parabenizou o governador José Maranhão pela iniciativa de reiniciar as obras do que considerou como "destravamento do turismo" na Paraíba. Ele informou que cerimônia realizada ontem marcou a integração entre a construção do Centro de Convenções do Estado da Paraíba, em João Pessoa, e do Polo Turístico Cabo Branco. O fato, disse, é tanto mais significativo ao se considerar que esse mesmo projeto foi lançado em 1986, sem que as obras tenham sido concluídas até o momento.

O senador elogiou a solução encontrada pelo governador, que reuniu uma força-tarefa formada pelo governo e pela iniciativa privada.